

COMITÊ PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (PÓS LCB 9394/96)

QUADRO REFERÊNCIA DE LEGISLAÇÕES, DOCUMENTOS E DIRETRIZES

Ano	Instrumento legal	Descrição
1996	LDB Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
2000	PARECER CNE/CEB Nº 11, de 10 de maio de 2000	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos
2000	RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.
2006	DECRETO Nº 5.840, de 13 de julho de 2006	Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências
2007	DECRETO Nº 6.095, de 24 de abril de 2007.	Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica
2007	Documento-Base PROEJA	Educação Profissional Técnica De Nível Médio / Ensino Médio

2007	Documento-Base PROEJA	Formação inicial e continuada / Ensino Fundamental
2007	Documento-Base PROEJA	Educação Profissional E Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena
2008	PARECER CNE/CEB Nº: 23/2008	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
2008	LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
2009	PARECER CNE/CEB Nº: 5/2009	Credenciamento de instituições educacionais pertencentes à rede federal de ensino para a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na modalidade de Educação a Distância.
2010	PARECER CNE/CEB Nº: 4/2010	Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais
2010	PARECER CNE/CEB Nº: 6/2010	Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
2010	RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2010	Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos

		penais
2010	RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE JUNHO DE 2010	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
2010	DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010	Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.
2011	LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.
2016	RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016	Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino
2020	PARECER CNE/CEB Nº: 6/2020	Alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade

2021	PARECER CNE/CEB Nº: 1/2021	Reexame do Parecer CNE/CEB nº 6, de 10 de dezembro de 2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade
2021	RESOLUÇÃO N o. 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.
2021	RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE AGOSTO DE 2021	Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.
2021	PORTARIA Nº 962, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021	Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.